



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7215 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT14 - Sociologia da Educação

OS DONOS DO SABER: A PRIVATIZAÇÃO E O CONTROLE DAS NARRATIVAS POR MEIO DOS APOSTILADOS EM ESCOLAS DA REDE PRIVADA DE ENSINO DE SÃO LUÍS

Márcia Kallinka Rosa Araújo Chaves - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

Elisa Maria dos Anjos - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Romário Silva Barros - UFMA- PPGEEB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

OS DONOS DO SABER: a privatização e o controle das narrativas por meio dos apostilados em escolas da Rede Privada de Ensino de São Luís

1 INTRODUÇÃO

Vivemos uma conjuntura limite no que diz respeito ao controle da narrativa. Essa perspectiva se expressa através de variadas situações entre elas o controle do material didático e da produção privada do conteúdo utilizado nas escolas. Os livros didáticos expressam a subjetividade de seu autor, contudo resultam de investigação sistemática, avaliação dentro de critérios estabelecidos tanto pelas editoras, quanto pelas instituições públicas responsáveis pela oferta de ensino no país, verificados quanto ao uso de fontes fidedignas, texto adequado às faixas etárias a que o material se propõe, aval de conselhos de educação, etc. Contudo, algumas escolas da rede privada estão trocando o livro didático por apostilas fornecidas por empresas privadas. Até que ponto isso é legítimo do ponto de vista da oferta da melhor educação?

Esse movimento acompanha o que vem sendo implementado há algum tempo e ganhou protagonismo desde o início desse atual governo federal: a desqualificação do saber humanístico. A escola deixa de ser um espaço de socialização, produção de conhecimento e experiência para se tornar um *locus* de fomento empresarial. (TOMAZI E JUNIOR, 2004) já discutiam o quanto é pernicioso que a criatividade do estudante seja tolhida. Portanto, tomar a escola como um substrato empresarial é complicado na medida em que o objetivo de uma empresa, nos moldes capitalistas é a obtenção do lucro no curto prazo. Esse *modus operandi* também dialoga com um utilitarismo que prevê valor apenas em situações que fornecem uma resposta imediata. Entretanto, sabemos que em se tratando de educação, os processos são extensos. Envolvendo desenvolvimento de longo prazo.

Em relação ao conteúdo de Sociologia outra problemática se faz presente: a característica da disciplina é desnaturalizar o que está posto. Demonstrar que tudo o que existe na sociedade não é natural, mas construído pela ação humana coletivamente. Tanto é assim que durante a ditadura militar que vivenciamos no Brasil o conteúdo da sociologia foi distribuído entre duas disciplinas: Moral e Cívica no ensino fundamental e Organização Social e Política Brasileira - OSPB, no ensino médio. Nesse processo, tais disciplinas não apenas “diluíram” o conteúdo em dois componentes, mas subtraíram sua mais visceral propriedade: a crítica da condição posta na sociedade, o reconhecimento de que são processos histórico-sociais e não uma “natureza” das coisas, ou seja, perceber que as estruturas sociais são o resultado de decisões e ações humanas.

Tendo essas premissas como norte, nos propusemos algumas reflexões: essas empresas possuem em seus quadros profissionais qualificados em todas as áreas de formação a que atendem? Qual é o órgão responsável por avaliar a qualidade técnica deste produto? Qual a justificativa para não usar o livro didático? O que os docentes que ministram essas disciplinas pensam disso? Quais as representações sociais que são desenvolvidas nesse processo? Até que ponto essa escolha implica em um controle ideológico dos conteúdos a serem discutidos com os estudantes? Esses são alguns dos questionamentos que nos impulsionaram a pesquisar.

Para responder algumas inquietações realizamos a análise das apostilas. Também optamos em verificar as apostilas das disciplinas humanísticas cujos docentes concordaram em participar. Este é um estudo de caso instrumental (ANDRÉ, 2008) uma vez que denota o interesse do pesquisador no processo de apropriação e na reverberação que tal processo possa proporcionar ao corpo discente. Também realizamos entrevistas com alguns docentes discutindo acerca da forma de apropriação e uso ou não, do conteúdo proposto nos apostilados.

2 HISTORICIZANDO O PROCESSO DE ENSINO E O MATERIAL DIDÁTICO

Desde a colonização nossa política educacional primou por uma oferta diferenciada: uma educação para os filhos dos proprietários e outra para os indígenas, pobres e posteriormente, negros. Esse modelo educacional tem primado por ampliar as desigualdades sociais e naturalizar os diferentes papéis que os cidadãos, dependendo de sua classe social, são “destinados” a desempenhar no país.

Apesar de, no decorrer do tempo aumentar as possibilidades de acesso à escola, o modelo proposto, entretanto, era o de uma educação feita para a elite de proprietários. Essa estratégia de organização social também tinha como mote, construir a sociedade que se desejava ter, dentro de certos pressupostos para a construção da nação. É nesse sentido que o sociólogo Émile Durkheim (1978) diagnosticava a importância do processo educacional na construção de uma sistematização que imponha as regras das gerações anteriores sobre as posteriores construindo no indivíduo a subjetividade que se deseja, em caráter coercitivo e abrangente na sociedade. Assim, a percepção de inferioridade de um grupo em detrimento de outro foi sendo naturalizada em vários seguimentos da sociedade e a escola não ficou isenta dessa estratégia.

No contexto da construção de um estado-nação, vamos observar no limiar da década de 1920 um projeto de transformação calcado na educação. Em consonância com o objetivo de transformar um “ajuntamento em povo” (TORRES, 1978), a *intelligentsia* brasileira optou, por intervir pela via da educação (BOMENY, 2003). Um grupo seletivo de 26 intelectuais proclama em 1932 O Manifesto dos Pioneiros da Educação em que se preconizava uma

educação de qualidade, laica, universal e pública. Esse projeto, contudo, foi impedido, por ação de intelectuais ligados à igreja católica, que detinham grande influência no governo Vargas recém instituído. Assim, apesar de ser deste governo a criação do primeiro Ministério da Educação e Saúde, dando-se dessa forma, os primeiros passos para a criação de um documento normativo que orientasse a educação no Brasil, esses passos trilhados com grandes dificuldades. Tanto é assim que a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961 foi criada, como podemos observar, depois de quase três décadas.

É forçoso reconhecer que essas transformações possibilitaram o acesso à escola pública de uma camada da população precarizada. Contudo, não alteraram a grande desigualdade que caracteriza a realidade do povo brasileiro. Desigualdade, muitas vezes invisibilizada inclusive nos livros didáticos.

3 ETNOGRAFIA DE UMA EXPERIÊNCIA DIDÁTICA: classe e currículo no controle da narrativa e na precarização da práxis docente

Segundo o dicionário de língua portuguesa Aurélio (2011) a palavra apostila é definida como um “conjunto impresso de aulas, capítulos ou temas para uso de alunos”. Esse material pode ainda ser definido como organizador de informações que objetivam notas finais e conclusões acerca de teorias e informações de caráter geral e específico (CARVALHO NETO, 2004).

Podemos situar o movimento dos materiais apostilados pertencente ao contexto da pedagogia tecnicista, com origem nos Estados Unidos, no século XX, a partir de manuais instrucionais que se estabeleceram na época, como uma proposta moderna de política educacional. Na década de 1950 a apostila surgiu no Brasil destacando-se a partir de 1970 (MIZUKAMI, 1986), utilizada em cursos preparatórios para concursos, exames de admissão para o ginásio, supletivo e vestibular. Conforme (LIMA, 2006), as escolas privadas aderiram efetivamente ao sistema apostilado de ensino, na década de 1990, objetivando atender à concorrência dos vestibulares.

O interesse em pesquisar os materiais apostilados, surgiu durante a nossa atuação na coordenação pedagógica da escola “A” da rede privada de ensino em São Luís, no segmento do 6º ao 9º ano, que utilizava livros didáticos de diferentes editoras, em sua proposta pedagógica.

Decidimos fornecer nomes fictícios para todas as escolas mencionadas no texto, visando tornar a leitura mais fluida e preservar o anonimato da pesquisa e dos sujeitos pesquisados.

Durante o acompanhamento pedagógico dos docentes, observamos que alguns deles, apresentavam significativas dificuldades tanto na construção de itens contextualizados, quanto no planejamento.

Ouvimos os docentes, com o propósito de verificar os possíveis entraves, na organização pedagógica e propor algum tipo de intervenção que pudesse auxiliar à práxis dos mesmos. Contudo, ao nos apropriarmos mais detidamente dos processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos na escola “A”, identificamos que os docentes que apresentavam resistência ao livro didático, atuavam em outras escolas, da rede privada em que utilizavam o sistema apostilado de ensino. Por conta dessa experiência, esses referidos docentes, justificavam que a prática do uso dos apostilados constituía-se em suas percepções, muito

mais eficazes. Assim, começamos a entender a razão pela qual esses docentes apresentavam resistência em trabalhar com o livro didático. Um dos motivos que alegaram foi que os apostilados **“facilitava a vida do professor”**, pois já traziam o planejamento, cadernos de atividades e simulados prontos,

A percepção desse dilema foi o ponto inicial que fez com que nos apropriássemos do fato, para investigá-lo. Foi nesse sentido, que buscamos desenvolver a nossa pesquisa em outras escolas, a “B” e “C”, que também utilizavam o material apostilado, buscando captar a recepção e o uso que esses materiais provocavam no corpo docente, pois entendemos, de acordo com Oliveira e Costa (2009) que o modelo tecnicista de educação precisa ser superado e que a inserção de atualizações nas aulas de sociologia ou das disciplinas humanísticas, não prescinde do esforço de apresentação da teoria em diálogo com a prática.

Efetivamos um levantamento durante 30 dias. Na ocasião dialogamos com oito (08) docentes, todos, professores regentes de disciplinas dentro da área de humanidades, sendo quatro (04) na escola “B” e outros quatro (04) na escola “C”. Realizamos entrevistas não gravadas, e anotações de campo através de observação e em diálogos com professores e com os coordenadores pedagógicos, ou gerentes, como são identificados nesta categoria funcional nas escolas que fazem uso dos apostilados no seu planejamento pedagógico.

4 POR QUE A AULA DE SOCIOLOGIA É PERIGOSA?

Ao questionarmos os docentes acerca dos apostilados, todos entrevistados, de ambas as escolas, expressaram características positivadas sobre o material. Apesar da liberdade que oferecemos aos docentes em relação a seu discurso, eles mesmos trouxeram categorias que buscamos analisar. Espontaneamente, mencionaram expressões como: conteúdos fragmentados e resumo para referenciar os apostilados. Importa ressaltar, que eles fizeram tais citações com a intenção de negar esses atributos. Contudo, essa necessidade, parece antes, reafirmar tal pertença.

Nessa experiência, entendemos que estamos falando de docentes submetidos a contratos de trabalho que podem ser dissolvidos sem grandes dificuldades para os empregadores. Essa situação coloca em xeque, muitas vezes, a possibilidade de crítica dos docentes. Dentro de nossa realidade social a perda de um vínculo empregatício pode ter consequências desastrosas na organização familiar desses professores. Portanto, as respostas dos mesmos, estão imersas em um viés de caráter econômico.

É possível também identificar que por estar envolvidos no processo, sequer percebiam que estão naturalizando uma suposta inferioridade de um estrato da sociedade em detrimento de outro. Essa percepção se fez presente no discurso, que expressou uma elitização dos alunos da rede privada em relação aos estudantes da rede pública, deixando evidenciada a questão de classe presente na fala dos docentes. Alguns professores ao serem questionados sobre um possível uso de tais apostilados na rede pública rechaçaram tal possibilidade, uma vez que o material era destinado a um público mais qualificado: os estudantes da rede privada.

Um elemento ainda importante a ser destacado na questão é o controle da narrativa por meio dos conteúdos propostos. A escolha do conteúdo determina a história, o certo e o errado. É nesse sentido, que o currículo é um instrumento de poder e controle. Contudo, existem circunstâncias no campo educacional que controlam a qualidade, pertinência e valor social dos conteúdos tal como descrito por Jürgen Habermas (ALEXANDRE, 2003) que são os pressupostos do conhecimento científico: criticidade, o que tem método e alvo de exame racional, e a intersubjetividade, na ratificação pelos pares acerca de um

conhecimento dado.

Quando corporações privadas se apossam da educação, elas submetem o objetivo educacional a interesses privados. Um exemplo disso é o que está sendo denunciado por Elisa Larkin, viúva de Abdias do Nascimento em relação à memória e herança intelectual deste pensador brasileiro controlada e modificada pela Wikipedia. Isso é complexo, uma vez que essa plataforma é utilizada como material de suporte educacional por muitas pessoas, não devendo se configurar como “instrumento de uso político e ideológico” (ANGEL, 2020).

Constitui-se um complicador a mais, a especificidade do próprio conteúdo da Sociologia, que tem por princípio desconstruir a realidade posta, desnaturalizando prerrogativas e revelando as estruturas que constituem as solidariedades na sociedade e o professor de sociologia não deve deixar de mencionar que cada decisão que impacta o público, mesmo a de uma plataforma de informação como a Wikipedia é imposta por interesses a um determinado fim. Nesse sentido, não somente as raízes das atitudes desenvolvidas pelos docentes, bem como os conteúdos propostos ou invisibilizados nesses apostilados, buscam evitar qualquer forma de tensão discursiva e, nesse caso, se assemelhando à mesma lógica imposta pelos conteúdos de Moral e Cívica e OSPB durante a ditadura militar operando com discursos ufanistas em relação ao estado, que no atual exemplo, é uma metáfora da instituição escolar.

Assim, fica evidenciado o “receio” que alguns gestores públicos demonstram acerca dos conteúdos e da metodologia presentes na disciplina de sociologia para o ensino médio que observa os processos de construção do estado brasileiro e explicita as desigualdades, muitas vezes, encobertas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Problematizamos, com este artigo, uma nova forma de invisibilização de conteúdos e de manipulação da práxis docente. Durante o trabalho de levantamento dos dados, observamos que os apostilados, apesar de supostamente apresentarem conteúdos diversos o fazem de forma muito controlada. Não aparecendo discussões com potencial de questionamento da autoridade ou das estruturas presentes e que fundamentam as relações sociais e desigualdades na sociedade. Assim temas como classe social, ou mesmo as consequências da representação social da racialidade no Brasil, são veladas e superficiais.

Sob essa perspectiva, atualmente um dos maiores desafios da educação brasileira e do professor de Sociologia em particular, é atuar como um dos protagonistas para a superação da desigualdade, da exclusão e da compreensão do fundamento desses fenômenos. Corroborando essa percepção, vale ressaltar medidas que vêm sendo implantadas com o objetivo de dar sustentação e subsídio a esse ideário, como por exemplo, a retirada da obrigatoriedade de conteúdos como sociologia, filosofia e artes que promovem um entendimento da realidade a partir de compreensões mais amplas e que não estão calcadas apenas na percepção do imediato.

Todavia, para se proceder de acordo com os que nos aponta (LOPES, 2003), é importante estabelecer mudanças nas formas de ensinar e aprender sendo necessário o envolvimento dos alunos, professores, coordenadores pedagógicos, gestores, profissionais administrativos e comunidade escolar em geral. Todas essas ações, entretanto, não prescindem do suporte fornecido pela mediação docente, nem de um currículo que privilegie a diversidade, a liberdade e a crítica em sala de aula, pois como nos afirma (PERRENOUD, 2001) a formação também se relaciona com aprendizagem. Uma retroalimenta a outra em um

movimento dialético que ajuda a fomentar a construção do conhecimento e esse exercício também se constitui como um dos elementos que vão construir o repertório da práxis do professor e da experiência dos estudantes.

O sistema apostilado de ensino apresenta muitas lacunas no que tange à formação crítica do educando, e este material analisado tem sido adotado exclusivamente por escolas da rede privada de ensino. Essas instituições de ensino, muitas vezes apresentam autonomia para elaborar suas propostas pedagógicas e nestas, acabam contemplando práticas presentes no discurso de suas clientelas.

Dessa forma, percebemos que não é interessante para a instituição, a formação continuada de professores para trabalhar com a análise crítica do material apostilado implantado.

O professor é parte essencial no processo de efetivação do currículo, e de construção da identidade dos seus alunos, e, como já dito anteriormente, para compreender as diferenças, o professor precisa inserir-se nelas, e de forma crítica, analisando a realidade a partir de suas próprias práticas e de seu repertório intelectual.

Acreditamos que essa temática é de extrema relevância para a sociedade, não só pelo seu caráter peculiar, mas especialmente por permitir uma análise crítica de materiais didáticos convencionados pela indústria editorial, bem como por possibilitar o reexame de atitudes preconceituosas historicamente enraizadas no contexto escolar.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Agripa Faria. **Metodologia científica e educação**. Santa Catarina: UFSC, 2009.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro, 2008.

ANGEL, Hildegard. **Wikipedia apoia o apagamento da memória de um dos maiores brasileiros do século XX**. Plataforma Brasil247. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/blog/wikipedia>>. Acesso em 30 de agosto de 2020.

AURELIO. **Dicionário Aurélio**. 2 ed. Curitiba: Editora Positivo, 2011.

BOMENY, Helena Maria Bousquet. **Os Intelectuais da Educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CARVALHO NETO, Cassiano Zeferino de. **O apostilismo**. In: E agora, professor? Por uma Pedagogia Vivencial. São Paulo: Instituto para a Formação Continuada em Educação (IFCE), 2004. Disponível em: <http://ifce.com.br/php/artigo_mostra.php?cod=22>. Acesso em: 10 set. 2016.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

LIMA, Elvira Souza. **Currículo e desenvolvimento humano**. In: _____. Indagações sobre currículo. Secretaria de Educação Básica. MEC/Brasília-DF. 2006 p. 13-47.

LOPES, E. P. **O conceito de teologia e pedagogia na Didática Magna de Comenius**. São Paulo: Mackenzie, 2003.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes. COSTA, Ricardo César Rocha da. **Material Didático. Novas Tecnologias e Ensino de Sociologia**. In HANDFAS, A. et all. A sociologia vai à escola: história, ensino e docência. Rio de Janeiro: Quartet, 2009.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986. (Coleção: Temas básicos de educação e ensino).

PERRENOUD, P. **Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza**. Porto Alegre: Artes Médica, 2001.

TOMAZI, N. D.; LOPES JUNIOR, E. **“Uma angústia e duas reflexões”**. In: CARVALHO, L.M. G (Org.). Sociologia e Ensino em debate. Ijuí: Editora Unijui, 2004, p.61-75.

TORRES, Alberto. **O Problema Nacional Brasileiro**. SP Ed. Nacional. 1978

Palavras-chave: Educação; Sociologia; Desigualdade; Livro didático